

**Manuel Inácio da Silva Alvarenga (1749-1814): breve olhar sobre sua trajetória**  
PEREIRA, Júnior César<sup>1</sup>

**Resumo:** O estudo em tela buscou compreender os aspectos fundamentais da trajetória do poeta Manuel Inácio da Silva Alvarenga. Para tanto, utilizamos fontes como a devassa dos letrados do Rio de Janeiro de 1794, a biografia de Cunha Barbosa sobre a figura do mestre régio da corte, sua biblioteca particular, e duas obras que julgamos serem as mais notáveis de sua trajetória: O desertor das letras e Glaura. Nosso recorte temporal abrange o período que vai de 1749, ano do nascimento de Silva Alvarenga, até o primeiro quartel do século XIX, pensando como limite da pesquisa a atuação de alguns sermoneiros imperiais que foram formados nas suas aulas de retórica. De uma formação ilustrada à prisão e o final de vida melancólico, delineou-se tal trajeto.

**Palavras-chave:** Manuel Inácio da Silva Alvarenga; América Portuguesa; Trajetória.

**Manuel Inácio da Silva Alvarenga (1749-1814): a brief look at his trajectory**

**Abstract:** The study on the screen sought to understand the fundamental aspects of the trajectory of the poet Manuel Inácio da Silva Alvarenga. To do so, we used sources such as the debauchery of the Rio de Janeiro lawyers of 1794, the biography of Cunha Barbosa on the figure of the royal master of the court, his private library, and two works that we believe are the most notable of his trajectory: The deserter of the letters and Glaura. Our temporal cut covers the period from 1749, the year of Silva Alvarenga's birth, to the first quarter of the nineteenth century, thinking as the limit of the research the performance of some imperial sermonists who were trained in their rhetoric classes. From an illustrated formation to prison and the end of melancholy life, this route was delineated.

**Keywords:** Manuel Inácio da Silva Alvarenga; Portuguese America; Trajectory.

## INTRODUÇÃO

Satírico, didático, utilitário, elogioso, lírico, rebelde, renovador. São estes alguns dos atributos de um poeta, que com exacerbada melancolia nos legou um rondó revelador

Cajueiro desgraçado,  
A que fado te entregaste,  
Pois brotaste em terra dura  
Sem cultura e sem senhor  
Mas se estéril te arruínas,  
Por destino te conservas,

---

<sup>1</sup> Possui graduação em História pela Universidade Estadual de Londrina (2018). E-mail: juniorenghawaii@hotmail.com

E pendente sobre as ervas  
Mudo ensinas ao pastor  
Que a Fortuna é quem exalta,  
Quem humilha o nobre engenho,  
Que não vale humano empenho,  
Se lhe falta seu favor.  
(ALVARENGA, 1889, p.17)

O ceticismo recoberto por uma triste áurea nos dá pistas atinentes ao estado de espírito de um homem que fora privado da liberdade por mais de dois anos. Jogado nas masmorras de uma ilha, vitimado pela sanha do vice-rei José Luís de Castro, o Conde de Resende (SALLES, 1972, p.5). 'Mulato musical', foi possuidor de uma notável erudição, que resultou em enorme admiração de vários pupilos, os quais se tornariam os grandes do Império, como o cônego Januário da Cunha Barbosa, figura distinta da política imperial, e seu primeiro biógrafo (SOUZA; VALLE, 2010, p.17).

Manuel Inácio da Silva Alvarenga contava cinquenta anos de idade quando *Glaura*, seu principal poema, foi publicado. Natural de Vila Rica e filho do músico Inácio da Silva Alvarenga, como o próprio nos informa na devassa dos letrados da cidade do Rio de Janeiro, nasceu no ano de 1749 (AUTOS, 1994, p.193).

Além de poeta e professor régio de Retórica, Alvarenga era advogado. Sua formação se deu em Coimbra, onde esteve durante oito anos, entre 1769 e 1776. Lá instalado, conheceu aquele que seria louvado em diversas poesias *a posteriori* pela grande amizade empreendida, o também poeta José Basílio da Gama, que o inseriu no círculo pombalino (TUNA, 2009, p.72).

Foi testemunha da reestruturação do ensino conimbricense, medida tomada pelo Marquês de Pombal, patrocinador de seu expressivo poema herói-cômico *O desertor das letras* (1774). Seus elogios ao poder real se repetiriam em outras produções, como na carta composta por ocasião da inauguração da estátua equestre do rei D. José I, em 1775, ou ainda na *Apoteose ao vice-rei Luís de Vasconcelos*, no ano de 1785, e ainda no seu poema *Às artes*, por ocasião do aniversário de D. Maria I, o qual foi recitado na Sociedade Literária do Rio de Janeiro em 1788 (ALVARENGA, 2010, pp.62-63).

Até o momento muito foi dito sobre as obras poéticas de Alvarenga. De Cunha Barbosa (1841) até Fábio Lucas (2002) profícuas análises foram realizadas. No entanto, apenas Gustavo Henrique Tuna realizou um trabalho historiográfico de fôle-

go sobre esse homem de letras, a saber uma tese defendida em 2009 na USP, onde buscou compreender em que medida Alvarenga representou os ideais iluministas no ultramar.

Um pouco mais humildes, intentamos materializar no texto que segue os resultados de uma investigação empreendida desde a iniciação científica no período de graduação, estudo que conquanto realizado sobre as já conhecidas fontes, buscou ater-se sobre os aspectos que julgamos cruciais para entendermos a formação educacional de Silva Alvarenga, e portanto de sua trajetória.

Nesse seguimento, lembramos que refletir sobre a vida de um indivíduo histórico requer algumas ponderações. Pierre Bourdieu (2006, p.184) entendeu como ilusão biográfica pensar 'que a vida constitui um todo, um conjunto coerente e orientado, que pode e deve ser apreendido como expressão unitária de uma intenção subjetiva e objetiva, de um projeto.' Nesse seguimento, o autor propõe o conceito de trajetória 'como série de posições sucessivamente ocupadas por um mesmo agente (ou um mesmo grupo) num espaço que é ele próprio um devir, estando sujeito a incessantes transformações' (BOURDIEU, 2006, p.189).

Dar conta dessas metamorfoses em face do personagem em foco é tarefa do historiador. Tarefa nem sempre fácil, pois como lembra Levi (2006, p.176)

qualquer que seja a sua originalidade aparente, uma vida não pode ser compreendida unicamente através de seus desvios e singularidades,mas, ao contrário, mostrando-se que cada desvio aparente em relação às normas ocorre em um contexto histórico que o justifica.

Dessa forma, tendo em mente a impossibilidade da exaustão de qualquer vida estudada e compreendendo que no ato da escolha reside o exercício de interpretação, decidimos lançar nossos olhos sobre a instituição onde Alvarenga estudou um ano de Lógica em 1766, informação escassa que Francisco Topa (1994) encontrou e que nos aponta um marco entre o nascimento e a ida para a cidade do Mondogo para refletirmos melhor acerca do ambiente em que o jovem começou sua formação intelectual.

A seguir, focamos a educação recebida por ele em Portugal, dando destaque também à sua principal produção no tempo em que lá esteve. Para mais, enquadraremos melhor os ambientes em que circulara no seu retorno, já imbuído de sólida bagagem, que colocaria à serviço da educação no Rio de Janeiro, vislumbrando sua biblioteca particular, a Devassa dos letrados do rio de Janeiro de 1794 e tendo

como horizonte a primeira biografia realizada por Cunha Barbosa. Com Glaura finalizamos o estudo em tela.

### **DAS MINAS GERAIS À CIDADE DO MONDEGO**

De fundamental importância no cenário educacional da América portuguesa no século XVIII, o seminário Nossa Senhora da Boa Morte foi a terceira instituição diocesana fundada na colônia, seguindo-se ao seminário de São José na cidade do Rio de Janeiro em 1739 e ao seminário de Belém do Grão-Pará, criado em 1749. D. Frei Manuel da Cruz fundou-o no dia 20 de dezembro de 1750 (SELINGARDI; TAGLIAVINI, 2014, p.230).

Nessa Instituição os jovens podiam ser instruídos para o exercício do sacerdócio ou para seguirem os estudos no exterior. Muitos dos filhos da elite mineira se formaram lá. Nesse sentido frei Manuel atendia às demandas educacionais das opulentas famílias mineiras, desejosas de verem seus herdeiros instruídos, e ao mesmo tempo recrutava membros para o clero. Devido às dificuldades para atender às exigências da reforma dos estudos menores de 1759, o ensino praticado no seminário no tempo em que Alvarenga lá esteve foi marcado por uma educação predominantemente jesuíta (TUNA, 2009, p.29).

Antes da perseguição empreendida pelo Marquês de Pombal, os jesuítas grassaram no referido ambiente, lecionando aulas de Teologia Moral, Latim e Filosofia (SELINGARDI; TAGLIAVINI, 2014, p.235). A prática educacional desses religiosos era pautada pela *Ratio Studiorum*, 'um manual prático e sistematizado que apresentava ao professor a metodologia de ensino a ser utilizada em suas aulas' (MACIEL; NETO, 2008, p.169). O plano curricular dividia-se em 'estudos inferiores' e 'estudos superiores'. Os primeiros compreendiam uma formação literária e humanística. Por sua vez, os segundos representavam o aprendizado de Filosofia e de Ciências. Os seminários jesuítas erigidos nas principais cidades da colônia atendiam a um público bastante escasso, seja pelo pouco interesse na instrução, seja pela falta de docentes disponíveis para tal atividade.

Como visto, Manuel Inácio da Silva Alvarenga nasceu em 1749 e as reformas pombalinas nos estudos menores foram empreendidas dez anos depois. Tais mudanças não realizaram-se da noite para o dia, sendo que diversos problemas surgiram tanto com o desmantelamento do edifício educacional jesuíta, quanto com

a preservação pela monarquia e por outras ordens das muitas regras inicianas nos anos posteriores à reforma (SILVA, 2013, pp.167-169). Após cursar Lógica em Mariana o jovem mineiro partiu para Portugal onde estudaria por oito anos na Universidade de Coimbra.

Manuel Inácio da Silva Alvarenga esteve 8 anos em Coimbra, que nas eloquentes palavras de seu primeiro biógrafo 'era para os portugueses o que Atenas fora n'outro tempo para os gregos, isto é, o ponto central do ensino das letras e sciencias que se cultivavam em todo o reino' (BARBOSA, 1841, p.338). Por meio da carta de curso do estudante Gustavo Tuna (2009) trouxe à luz aspectos cruciais dessa estada em Coimbra. No primeiro ano do curso de *Instituta*, nosso personagem teve aulas com o renomado jurista Pascoal José de Melo Freire dos Reis. No segundo ano teve como mestres de *Prima e Véspera* José Antônio de Souza Pereira, Cristóvão de Almeida Soares e Antônio Bernardo de Almeida. No terceiro ano seguiam-se os estudos das mesmas matérias. Em 25 de setembro de 1771 o funcionamento da Universidade foi suspenso para a Reforma, sendo reativado sob o edital de 5 de outubro de 1772.

Dois anos mais tarde seria publicado *O desertor das letras*. Nesse poema o jovem americano comemora a reforma educacional prescrita para a Universidade de Coimbra. O enredo, inscrito em cinco cantos, mostra as desventuras do jovem Gonçalo, que junto a um grupo de transfugas desiste da formação acadêmica. A fuga de Coimbra rumo ao fictício vilarejo de Mioselha fora incentivada por um antiquário de nome Tibúrcio, a personificação da Ignorância, que contrasta em todo o poema com a luz da verdade emanada pelo exercício reformador de Pombal. Há uma nítida dualidade inscrita: as luzes da reforma por um lado, e as trevas da ignorância por outro. As luzes simbolizavam o Estado pombalino, e a Ignorância a educação jesuíta (ALVARENGA, 2010, p.33).

Sob a pena do poeta mineiro Sebastião José de Carvalho e Melo é glorificado na primeira parte do poema. O Marquês de Pombal chegara a Coimbra como plenipotenciário e lugar-tenente de D. José I com o objetivo de reformar a Universidade em 22 de setembro de 1772. Nesse período José Basílio da Gama, poeta que tinha grande prestígio na corte, mediou o encontro de Pombal e Alvarenga. Nas palavras do cônego Januário da Cunha Barbosa

Apezar do prejuízo que dominava a corte portuguesa sobre o acidente da cor parda, Manoel Ignácio era convidado às mais brilhantes sociedades, e nelas acolhido com particular estimação e respeito, que mereciam suas raras e brilhantes qualidades. Ele fazia o encanto e a admiração dos que o comunicavam, ou pelos seus discursos facetos, eruditos, e ricos de ajuizada crítica ... ou finalmente pela dexteridade e gosto com que na roda de seus amigos tangia uma rebeca ... (BARBOSA, 1841, p.339).

O resultado desse encantamento foi a publicação do poema em questão a mando do poderoso marquês. Pombal é descrito no poema como o grande restaurador do império português, que desde a ida de D. Sebastião a África em 1578 até aquele momento se encontrava em ruínas (ALVARENGA, 2010, p.62). Ainda na primeira parte a Ignorância reclama o Império perdido:

A soberba Ignorância entanto observa/ E se confunde ao ver o próprio trono/  
Abalar-se e cair; o seu ruído/ Redobra os ecos nos opostos vales/ E o Mondego  
feliz ao mar undoso/ Leva alegre a notícia, porque chegue/ Das suas praias aos  
confins das terras' (ALVARENGA, 2010, p.62).

No segundo canto a preguiça e a ociosidade, amigas da ignorância, personificam-se no séquito de desertores das letras: Gonçalo não aguentou a rigidez da nova carreira; Alberto era o jovem festeiro; Cosme, aquele que se deixava levar pelas paixões; Bertoldo dizia falsamente pertencer a uma linhagem de fidalgos; Gaspar era o iracundo; e o guia supremo que levava a bandeira da obscuridade, o já citado Tibúrcio (ALVARENGA, 2010, p.74). Momento essencial do poema, a exortação do velho Ambrósio aos jovens desertores aponta para o destino que aguardaria aqueles que assim como ele se afastaram dos estudos:

Eu também já na flor da mocidade  
Varri co'a minha capa o pó da sala:  
Eu também fui rancho da carqueja,  
Digno de fama e digno de castigo.  
Era então como vós. Jamais os livros  
Me deveram cuidado e me alegravam  
Da noturna empresa, dos distúrbios:  
Os dias se passavam quase inteiros  
Nos jogos, nos passeios, nas intrigas  
Que fomentam os ódios e as vinganças.  
Por isso estou no seio da miséria,  
Por isso arrasto uma infeliz velhice,  
Sem honra, sem proveito, sem abrigo.  
(ALVARENGA, 2010. pp.79-80)

A história se desenrola, o destino dos trãnsfugas vai se delineando entre brigas em estalagens regadas a bebedeiras, prisões e diversos entraves. A chegada a

Mioselha se dá e o que espera Gonçalo é uma surra de pau, dada pelo tio ao ver o sobrinho fracassado na carreira das letras.

A composição em tela permite-nos inferir que o jovem poeta tencionava muito mais do que simplesmente tecer um elogio ao poder do Marquês de Pombal. O novo sistema de ensino ensejou um novo ânimo no estudante ultramarino engajado na vida das letras. Dispondo de uma sólida base teórica como comprova o prólogo do poema, Alvarenga procurou por meio deste aludir às virtudes ocasionadas pelo estudo e sua utilidade para o Reino português. Desse modo, se serve do estilo heróico-cômico para seu empreendimento, que nas palavras do próprio autor 'não há quem duvide, que ele, porque imita, move e deleita: e porque mostra ridículo o vício, e amável a virtude, consegue o fim da verdadeira poesia' (ALVARENGA, 2010, p.58).

Nesse período, aos estudos jurídicos foram previstas várias modificações. 'Quanto às faculdades de Leis e de Cânones, censurou asperamente as orientações escolásticas ou bartolistas, preconizando as histórico-crítica de Cujácio' (COSTA; MARCOS, 2014, p.97). A ênfase na história do direito romano-germanico justificava a importância da obra de *Heinnecius* como um dos autores a serem consultados. A relevância da história para o alcance do pleno entendimento das leis fora preconizada por Luis Antonio Verney em suas reflexões, que serviram como fios condutores da reforma pombalina do ensino superior de forma geral.

A reafirmação do elo entre História e Direito pode ser notada no *Compêndio Histórico do Estado da Universidade* (1771), onde a primeira ganha caráter de paradigma interpretativo. O *Compêndio* denunciava a falta de ligação entre teoria e prática no âmbito dos estudos jurídicos, o que aponta para as cores iluministas do texto, no sentido de que o saber deve ser direcionado para a utilidade e para o bem público (COSTA; MARCOS, 2014, p.102).

A Reforma setecentista objetivou a consecução de um novo modelo de mestre assim como de um novo aluno. Desse modo a admissão dos candidatos aos estudos de Leis e Cânones pressupunha uma ampla formação cultural dos últimos assim como uma recomendação registrada (COSTA; MARCOS, 2014, p.105).

Muitas diferenças podem ser assinaladas quanto ao quadro de disciplinas que configuravam o curso de Leis e Cânones antes e depois das referidas Reformas. 'Até então, aquele consumia-se no estudo do direito romano contido no *corpus*

---

*juris civilis* e na abordagem do direito canônico à luz do *corpus juris canonici*' (COSTA; MARCOS, 2014, p.107). Merecem destaque as disciplinas de cunho preparatório, a saber as histórico-filosóficas. Desse modo os estudantes do primeiro ano teriam contato com aulas de direito natural, que incluía o direito das gentes e o direito público universal, além da história do direito romano e do direito pátrio.

No segundo ano aprender-se-ia história da igreja e do direito canônico. No terceiro os estudantes de Leis aprofundavam-se no *Digesto* (533 d.C), uma das obras que compunham o *corpus juris civilis*. Por sua vez os estudantes de Cânones mergulhavam nos decretos e nas decretais. Por fim, para o quinto ano reservava-se o ensino analítico, quer do direito romano, quer do direito canônico. Nesta fase dos estudos diversas questões sobre jurisprudência eram aplicadas e reforçadas por matérias de interpretação e aplicabilidade das leis (COSTA; MARCOS, 2014, p.105).

Era preciso criar manuais que correspondessem às novas correntes jurídicas, que suplantassem as velhas apostilas consideradas retrógradas e obscuras para os propósitos ilustrados dos Estatutos Pombalinos. Tais manuais não foram confeccionados de uma hora para outra. Enquanto estes não vinham à luz algumas obras estrangeiras foram arrojadas. Entre estas destacam-se: *Positiones de lege naturali e positiones de juri civitatis* de Carlos Martini, professor da Universidade de Viena, para o estudo do direito natural; *Historia jurisprudentiae romanae* de João Augusto Bach, para a história do direito romano; 'Os comentários de Boehmer e de Heinnecius às Instituições de Justiniano e à Parafrase de Teófilo' (COSTA; MARCOS, 2014, p.119); *Ecclesia historia breviarum* de João Lourenço Berti; *Institutiones Ecclesiasticae* de Fleury, para as disciplinas de história da igreja e do direito canônico, e por fim, para o escrutínio do Digesto, os *Elementa juris civilis secundum ordinem pandectarum*, de Heinnecius.

Na sequência do curso Alvarenga estudou história da igreja, que foi ministrada por Marcelino Pinto Ribeiro por meio da obra *Ecclesiasticae Historiae Breviarum* de Lorenzo Berti; Instituições Canônicas, sob a instrução de F. J. Ribeiro de Guimarães, cuja obra norteadora foi *Institution du droit ecclésiastique* de Claude Fleury; Cânones, com ênfase no direito de Graciano, sob auxílio do material de Van Spen, lecionado por Antônio H. da Silveira. Este iminente professor foi um dos fundadores da Academia Real das Ciências de Lisboa e em 1791 ocupou o cargo de Desembargador Honorário do Paço. No quarto e quinto anos estudou Primeira e Se-

gunda Sintética, Primeira e Segunda Analítica, e as decretais do papa Gregório IX, onde teve aulas com Pitta de Castro, M. J. Álvares de Carvalho, J. A. Barbosa e Vicente Rodrigues Ganhado (TUNA, 2009, p.44).

## A DOCÊNCIA

Silva Alvarenga retorna de seus estudos no ano de 1776. O registro de seu passaporte marca a data 30 de agosto deste ano. Na viagem de volta o acompanharam um criado por nome José Roiz, além de Antônio Diniz da Cruz e Silva e Antônio Caetano Villas Boas, irmão de Basílio da Gama. Na colônia dirigiu-se à Comarca de Rio das Mortes em Minas Gerais, onde participou de uma reunião na câmara municipal em 25 de abril de 1778, como podemos ver no único registro de sua passagem por aquele lugar. Após esse período em Minas Gerais, se encaminha ao Rio de Janeiro para assumir a cadeira de Retórica e Poética no ano de 1782 (TUNA, 2009).

O ambiente cultural em voga não obstante a entrada de muitos livros por vias estranhas ao aparato censório, ainda era permeado pela oralidade, forma predominante de comunicação no cotidiano. A partir de meados do século XVIII a difusão da língua portuguesa esteve na pauta política, no entanto, o latim permaneceu como a principal língua culta no meio letrado até o final desse século, sofrendo concorrência do francês em virtude da ampla circulação de obras oriundas das *lumières*. (VILLALTA, 1997, p.383).

De fato um exíguo número de indivíduos possuía livros à parte daqueles que por conta da exigência de seus ofícios tinham que manejar diversas obras. Estes, homens de letras, advogados, funcionários públicos, médicos e clérigos conformavam bibliotecas particulares que continham muitas obras defesas, sediciosas, afeitas por meio ilegal. (VILLALTA, 1997, p.384). Nesse cenário a instrução escolar era apanágio de poucos conforme Luiz Carlos Villalta (1997, p.385), ela integrava a civilidade das aparências, marca seminal das sociedades do Antigo Regime, vindo a reproduzir a ordem estamental.

O sistema de aulas régias foi implantado pelas reformas políticas empreendidas por Pombal que abarcaram a educação, como visto anteriormente. Até 1771 não existiam professores de Retórica e Filosofia na colônia (CARDOSO, 2002, pp.266-271). Silva Alvarenga não nos deixou nenhum material didático escrito, nesse sentido uma visão geral sobre a prática docente no Rio de Janeiro da época é de

suma importância para termos uma noção das possibilidades de trabalho que se apresentavam ao referido personagem.

O ambiente de ensino, em geral era a casa dos próprio professor. No Rio de Janeiro a maioria das aulas régias localizavam-se no centro da cidade. Quanto ao currículo escolar, anota Tereza Maria Rolo Fachada:

O currículo era composto por disciplinas avulsas, que os alunos frequentavam a sua escola, podendo cursar apenas uma Cadeira, ou aula, ou mais de uma, de acordo com os seus objetivos futuros.

Além das aulas de Primeiras letras, Gramática Latina, Retórica, línguas grega e hebraica introduzidas em 1759 e que permaneceram até 1834, foram sendo incluídas no currículo escolar das aulas régias, que após 1822, chamaram-se Aulas públicas, outras cadeiras, a partir da segunda fase da reforma dos estudos, em 1772, como Filosofia Moral e Racional, Economia Política, Desenho e Figura, Língua Inglesa, Língua Francesa e Aulas de Comércio. (CARDOSO, 2002, p.206)

Ser professor nessa conjuntura implicava certas regalias e algumas incumbências. Estes personagens eram responsáveis por custear o próprio ofício; levar os alunos à missa nos domingos; promover a educação cívica e arcar com os custos dos treinamentos aos quais se submetiam. Quanto às regalias, gozavam do direito à aposentadoria ativa; requerimento de substituição quando necessário; homenagem devida à nobreza de seu emprego; e exercício de outras atividades profissionais concomitantes à docência (CARDOSO, 2002, p.232).

Entre 1760 e 1834 sessenta professores públicos atuaram na cidade do Rio de Janeiro, sendo que vinte e nove lecionavam Primeiras Letras, vinte e cinco Gramática Latina, quatro Filosofia Racional e Moral, dois Língua Inglesa, um Economia Política, três Língua Francesa, um Desenho e Figura, dois Retórica e Poética, e três Língua Grega. Como dito outrora, a maioria desses indivíduos exerciam docência em suas casas, mas havia aqueles que instruíam no seminário São José, em paróquias, na Escola Nacional do Engenho Velho, no Quartel da Armada etc (CARDOSO, 2002, p.2006).

Nosso poeta-mestre teve grande influência na formação dos melhores sermonistas do primeiro quartel do oitocentos. Januário da Cunha Barbosa assinalou a contribuição de Silva Alvarenga nos seguintes termos

A mocidade brasileira, principalmente das províncias mais próximas do Rio de Janeiro, onde Manuel Inácio dava lições de Eloquência e Poética colheram grandes frutos do seu magistério; eles ainda hoje aparecem nos escritos daqueles que ouviram suas lições, ou que têm sido instruídos depois pelos discípulos de Manuel Inácio. O impulso que recebera na Europa pela reforma do ensino

público operada no ano de 1772 pelo Marquês de Pombal, e que tão bons literatos dera à nação nessa época, comunicou-se por este insigne professor de Retórica aos brasileiros, muitos dos quais corresponderam por seus trabalhos literários aos seus patrióticos desvelos ... Talvez que sem as lições de Manuel Inácio não tivessem aparecido nas cadeiras sagradas do Rio de Janeiro os Frias, os Rodovalhos, S. Carlos, os Sampaivos, os Ferreiras de Azevedo, os Oliveiras, os Alvernes e outros pregadores de nomeada. (BARBOSA, 1841, pp.340-341)

A oratória sagrada destacou-se na vida intelectual e cultural fluminense no primeiro quartel do século XIX. O patrocínio de D. João VI foi fundamental para tamanha notoriedade. Como escreveu Maria Renata da Cruz Duran (2010, p.189): 'Na formulação desse espaço de cultura, a sermonística destacou-se como elemento preponderante na prática articuladora de ideias e, mais especificamente, de um tema: a pátria.'

O espaço onde os oradores atuavam, ou seja, a igreja, era um dos ambientes onde havia grande aglomeração de pessoas, as quais poderiam ter contato com sermões cuja tradição retórica colocava em pauta assuntos relativos ao cotidiano. Uma vez que a maioria da população era analfabeta, os sermões proferidos nas capelas eram muito relevantes para a orientação intelectual dessa gente inculta (DURAN, 2010, p.189).

O depoimento de seu pupilo revela a grande importância de Alvarenga para os estudos de Retórica no Rio de Janeiro. Mas, o que esse professor lia? A partir de quais obras organizava seus pensamentos e construía seu horizonte de expectativas?<sup>2</sup> Um olhar para seus pertences literários nos dá uma boa ideia das fontes de que servia-se.

Silva Alvarenga construiu uma enorme biblioteca particular. A variedade de temas salta aos olhos de quem contempla o patrimônio livresco do professor régio. Sua composição revela ânimos para além daqueles relativos aos espaços onde o personagem transitava enquanto professor de Retórica, advogado, membro da Sociedade Literária etc. Em termos numéricos a literatura francesa se destaca em relação às demais. Dos 1003 livros computados 1,79% está em língua italiana, 18,74%

---

<sup>2</sup> De acordo com Jauss (1993, pp. 66-67) O horizonte de expectativas é um aspecto crucial de qualquer circunstância interpretativa, referente a um tipo de fatalismo que acompanhará cada perspectiva frente à visão que temos da realidade. No momento em que o sujeito interpreta, prescinde de um conjunto de princípios, de valores assimilados e ideias aprendidas que limitam desde logo a liberdade total do ato interpretativo. Nesse sentido, quando lemos um texto, o nosso horizonte de expectativas age semelhante a nossa memória literária conformada pelas leituras e aquisições culturais realizadas por toda nossa experiência.

em português, 23,13% em latim e 52,84% em francês. Entre as áreas mais cotadas, aparece: Direito e Leis (43,59%); Poesia e Literatura (37,88%); História (10,76%); e outras (7,77%). Na listagem não aparecem obras em inglês. Há ainda vários autores associados a certa quantia de volumes, os quais não têm títulos correspondentes. Ademais, nota-se alguns periódicos com linguagem não notificada e uma obra em castelhano (DURAN; PEREIRA, 2017, pp.103-131).

Nas estantes de Alvarenga repousava a Célebre *Jerusalém Libertada* do escritor italiano Torquato Tasso, obra deveras influente no círculo árcade, em tradução italiana (1581) e francesa (1774). Havia ainda livros que satirizavam os costumes, como o polêmico *Histoire de Gil Blas de Saintillane*, de Alain René Le Sage (1797) (DURAN; PEREIRA, 2017, p.120).

Boileau, figura de incomensurável relevo para a criação poética de Silva Alvarenga encontra-se representado no acervo por um volume de suas *Sátiras* (1666), assim como Jean La Fontaine e suas *Fábulas* (1668), o dramaturgo Pierre Corneille com uma coleção de doze volumes de sua obra teatral (1664), além de sete volumes das obras de Claude Crébillon. Encontramos ainda *Les aventures de Télémaque* de François Fenélon, e a poesia de Jacques Delille representada por três títulos: *La Pitié*, *Poésies fugitives* e *Les trois règnes de la nature* (DURAN; PEREIRA, 2017, p.121).

Renomados escritores franceses dos séculos XVII e XVIII também podem ser vistos na livraria. Molière e La Rochefoucauld destacam-se, o primeiro em virtude dos oito volumes de uma edição de suas *Oeuvres* (1798), e o segundo por conta dos dois volumes de suas *Obras morais* (1797). Voltaire aparece com quatro títulos: *Dictionnaire philosophique portatif* (1764), *Le siècle de Louis XIV*, *La Henriade* (1728) e *quatro volumes de seu Romans et contes*. A obra *Mélanges de littérature, d'histoire et de philosophie*, de D'Alembert encontra-se na livraria do poeta mineiro, assim como os doze volumes de *Tableau de Paris* (1781), de Mercier (DURAN; PEREIRA, 2017, p.122).

Dos célebres juristas italianos Silva Alvarenga possuía as traduções francesas de *Dei Delitti de Delle Pene* de Cesare Bonesana, algumas obras do Marques de Beccaria, e *De la scienza dela legislatione* de Gaetano Filangieri (DURAN; PEREIRA, 2017, p.122).

Concatenado às instruções régias de 1759, o professor de Retórica e Poética possuía as obras indispensáveis para a instrução de tais disciplinas. Consoante, nota-se entre seus pertences literários as *Léçons de rhétorique et de belles-lettres* de Hugh Blair, os *Fundamenta Stili Cultioris* de Heinécio, os *Elementa rhetorica* de Vossius, além dos clássicos de Cícero e Quintiliano (DURAN; PEREIRA, 2017, p.126).

Por meio destas obras, e de outras que provavelmente leu e não obteve, Alvarenga delineou seu horizonte de expectativas, que possibilitou adquirir uma erudição notável para a época, a ponto de versar-se em diversas línguas, como o latim, o inglês, francês e italiano, além do castelhano. Perante este impressionante patrimônio intelectual, podemos compreender melhor o motivo de ter sido tão aclamado por seus alunos.

## IDEIAS SEDICIOSAS

A atividade intelectual de Silva Alvarenga fez-se presente também na Sociedade Literária do Rio de Janeiro. Fundada em 6 de junho de 1786 esta agremiação foi patrocinada pelo vice-rei D. Luís de Vasconcelos e Sousa. Entre os membros são dignos de nota Idelfonso José da Costa Abreu, cirurgião; os médicos Gonzalo Muzi, Francisco Coelho Solano da Silva, José da Silva Quintão e Vicente Gomes da Silva; o mestre de primeiras letras Manoel Ferreira de Almeida; João Marques Pinto, professor de grego; Mariano José Pereira da Fonseca, futuro Marquês de Maricá; João Manso Pereira, professor de gramática latina e químico; e ainda frei José Mariano da Conceição Veloso, botânico. Silva Alvarenga ocupou o cargo de secretário da agremiação e, na casa que alugou na rua do Cano (atual Sete de Setembro), reservava o andar de baixo para as reuniões da Sociedade (TUNA, 2009, pp.108-113).<sup>3</sup>

---

<sup>3</sup> Para refletirmos melhor acerca desse espaço de sociabilidade intelectual buscamos relacionar três perspectivas teóricas, que ao nosso ver se complementam. A primeira de Pierre Bourdieu (2011), que afirma que os intelectuais constituem-se em seres socialmente determinados em função da classe, atividade, perspectiva ideológica e de seu lugar no campo intelectual. O conceito de redes de sociabilidade sugerido por Sirinelli (2003), também nos permite compreender a organização e a dinâmica do campo intelectual com suas amizades e inimizades, vínculos e atitudes tomadas por seus membros. Por fim, o conceito de representação elaborado por Roger Chartier (2002), nos informa que as representações não são discursos neutros, pois geram estratégias e práticas sociais. Munidos dessas lentes, podemos pensar mais adequadamente a importância das relações estabelecidas por Manuel Inácio da Silva Alvarenga.

A Sociedade Literária do Rio de Janeiro desenvolveu atividades voltadas ao estudo da ciência, produzindo trabalhos no campo da Astronomia, Medicina, Química, História Natural etc. Sua fundação obedeceu a um projeto mais amplo de conhecimento e ordenamento do mundo natural ultramarino em que se empenhou a coroa portuguesa na segunda metade do século XVIII. Essa agremiação foi herdeira da Academia Fluminense, Médica, Cirúrgica, botânica e Farmacêutica (a Academia Científica do Rio de Janeiro) erigida em 1772 sob os auspícios do Marquês do Lavradio (ALMEIDA, 2011, p.172).

O médico reinol Ildefonso José da Costa abreu foi o primeiro presidente da agremiação, seguido pelo também médico Joaquim José de Ataíde. Nos anos em que funcionou, a Sociedade produziu estudos sobre epidemias, descrição física e econômica da colônia, História Natural e política, clima, astronomia, longitude do Rio de Janeiro, a canalização do rio Carioca, entre outros (ALMEIDA, 2011, p.273).

Em 1794 a Sociedade foi fechada pelo Conde de Resende, que no término do mesmo ano realizaria uma devassa da qual resultou a prisão de Alvarenga e de outros membros da agremiação. Tal atitude deve ser vista sob um ângulo que abrange o contexto de difusão das ideias no Rio de Janeiro da segunda metade do século XVIII, a posição da Sociedade Literária e dos letrados como propulsores dessa difusão, e suas implicações.

Maria Beatriz Nizza da Silva (2013) aponta que é crucial observar a cultura oral na cidade do Rio de Janeiro da segunda metade do século XVIII para compreender o clima de medo que se instaurou com o governo do Conde de Rezende (SILVA, 2013, p.231). Na ótica da autora havia muitas conversações acerca de temas perigosos para o contexto político, tais como a liberdade, a igualdade, críticas a certas práticas religiosas e comentários sobre o cenário europeu. Afonso Carlos Marques dos Santos (1992, p.37) assinala que o controle da presença estrangeira na cidade e o incentivo à prática diária de delações foram medidas tomadas pelo Conde de Resende para a manutenção da ordem.

Manuel Inácio da Silva Alvarenga sucumbiu à administração do medo desempenhada pelo vice-rei Conde de Resende, que empreendeu a devassa

para se descobrirem por ela as pessoas que, com escandalosa liberdade, se atreviam a envolver em seus discursos matérias ofensivas da religião e a falar nos negócios públicos da Europa com louvor e aprovação do sistema atual da França. (AUTOS, 1994, p.69)

65 pessoas foram ouvidas, destas, 11 foram presas. Cercado de soldados, e tendo os pulsos algemados 'atravessou o poeta Silva Alvarenga as ruas da cidade para ser conduzido á prisão da Fortaleza da Conceição, onde encerrarão-no em um cubículo estreito, escuro e húmido' (AZEVEDO, 1875, p.75). Pode-se imaginar o temor sentido pelo professor régio naquele momento em que

Erguera-se há pouco o cadafalso de Tiradentes; há um anno morrera Alvarenga Peixoto nos presídios da Africa, onde ainda jaziam expatriados, condenados ao exílio, á miséria e á infâmia o mavioso poeta Gonzaga, Maciel e outros; ainda repercuição nos ouvidos de todos os gemidos e ais das victimas da inconfidência, e ainda sustentava o bastão do mando o iroso conde de Rezende, que queria transformar seu braço em alavanca potente do absolutismo derrubando as idéias livres e generosas que nascidas em França, tendião-se a espalhar-se pelo mundo; era por isso geral o terror, e receiavam-se todos de entreter relações com os parentes ou amigos que gemião sob a alçada da justiça.(AZEVEDO, 1875, p.76)

Os depoimentos das testemunhas se iniciaram no dia 18 de dezembro de 1794 e terminaram em 13 de fevereiro do ano seguinte. O poeta foi submetido à nove interrogatórios, os quais foram realizados pelo desembargador Antônio Diniz da Cruz e Silva (AUTOS, 1994, p.193).

O depoimento do rábula José Bernardo da Silveira, que por diversas vezes havia frequentado as reuniões da Sociedade Literária, realizado no dia 7 de dezembro de 1794 foi essencial para a abertura da devassa. Frade assevera que em uma das noites que esteve na casa de Alvarenga ouviu o mesmo falando sobre 'a liberdade depois de haverem lido alguns discursos na língua francesa contra a soberania dos monarcas' e 'disseram que o nosso reino estava entregue a frades.' (AUTOS, 1994, p.193) Para além do referido rábula, outras pessoas citaram as supostas conversas de Alvarenga e seus amigos letrados sobre os abomináveis princípios franceses.

Uma leitura atenta da devassa permite-nos compreender melhor o clima das delações anteriormente aventado. Muitos dos delatores pautaram-se no 'ouvir dizer', entre eles constam: Diogo Francisco Delgado (ajudante de terço da Candelária); Manoel Pereira Landim (marceneiro); Manoel Antônio Salgado (Alferes do terço da infantaria auxiliar de Majé e morador da Ilha das Cobras); Inácio do Amaral (marceneiro); João Martins Viana (tenente de ordenanças); Joaquim José de Carvalho; José de Oliveira (ourives) entre outros. Nesse emaranhado de denúncias pautadas no 'ouvir dizer' de terceiros o poeta foi citado inúmeras vezes (AUTOS, 1994, p.193).

Não é o nosso objetivo no momento perscrutar as nove ocasiões em que Silva Alvarenga foi instado a depor, entretantes é crucial trazer à baila alguns momentos decisivos do interrogatório.

Quando perguntado se estava ciente do motivo de sua prisão o poeta disse que suspeitava ser 'por causa de uma sátira que se lhe imputava o ter feito' contra um religioso de Santo Antônio, de nome Raimundo (AUTOS, 1994, p.194). Ainda no primeiro interrogatório teve que responder perguntas acerca da Sociedade Literária e sua continuação depois da ordem de fechamento. Na segunda sessão (20 de julho de 1795) foi perguntado se havia mantido conversas sobre assuntos de religião e política em lugares públicos, o qual respondeu que 'tão longe estava de tratar em lugares públicos de semelhantes matérias' (AUTOS, 1994, p.198).

As sessões seguintes são tomadas por um maior grau de tensão, pois Antônio Diniz da Cruz e Silva apresenta ao interrogado um papel que foi achado entre os pertences confiscados outrora, o qual tratava-se de sete apontamentos para a produção dos Estatutos de uma Sociedade. Nesses apontamentos o desembargador escolheu o primeiro para intimidar Alvarenga, que pregava 'a boa fé e o segredo, de modo que ninguém saiba o que se passou na Sociedade' (AUTOS, 1994, p.205). Acerca do sigilo recomendado no primeiro apontamento, responde Silva Alvarenga que 'não tinha por fim mais que o não derramar-se no público as disputas que os sócios tivessem entre si' (AUTOS, 1994, p.205).

Em outra ocasião, desta vez no dia 26 de agosto, Alvarenga é instado a falar sobre o livro de Mably e de Raynal que também foram encontrados entre os seus pertences. Sobre o primeiro disse que desconhecia o conteúdo e que havia comprado junto a um marinho com livros latinos. Sobre o segundo dissera que havia emprestado de Mariano, e também desconhecia seu teor.

Por fim, na última sessão Cruz e Silva apresenta um exercício de eloquência de José Antônio de Almeida, aluno de Alvarenga e relaciona-o com as doutrinas erradas de Mably. O inquiridor sugere que o mestre havia contribuído diretamente para a confecção daquela oração. Mais uma vez Alvarenga argumenta em defensiva afirmando que não corrigira tal oração. Segundo Tuna, a tentativa de atribuir a Alvarenga uma atitude que se configuraria num indício de sedição, por incitar um jovem pupilo seu a requerer a sua liberdade política, constituiu-se em mais uma etapa da

construção de uma atmosfera de medo na cidade do Rio de Janeiro nos últimos anos do século XVIII (TUNA, 2009, p.130).

A movimentação dos letrados do Rio de Janeiro de 1794 não pode ser compreendida como um plano que visava uma ruptura com o domínio da Coroa portuguesa, não havia uma articulação bem planejada, sediciosa, o que havia era, como bem notou Gustavo Tuna (2009, p.195) ‘um espectro rico de contestações de membros de diferentes extratos da sociedade, que manifestaram seus desconfortos em relação ao poder real e aos seus representantes locais na cidade do Rio de Janeiro.’

### LIBERDADE MELANCÓLICA

Após os duros anos vividos nos cárceres Alvarenga, que por indulto de D. Maria I foi solto no começo de 1797, retoma sua atividade literária, e compõe uma obra prima. *Glaura: poemas eróticos* foi publicado pela primeira vez pela Typographia Nunesiana em Lisboa no ano de 1799. A epígrafe de Ovídio no limiar dá o tom da obra: ‘peço ao verso o esquecimento das misérias, dando-me por pago se conseguiu-lo.’ (CANDIDO, 2000, p.134)

O poema é composto por 59 rondós e 57 madrigais, os quais versam acerca dos sentimentos do pastor Alcindo por sua amada pastora Glaura. Melancolia, incompletude, felicidade pela presença da amada, tristeza infinita pela morte da mesma, entre outras sensações, desenrolam-se ao longo da obra.

Como bem notou Antônio Cândido (2000, p.139), o poema transmite uma atmosfera poética saturada de sentimentalismo, sendo que ‘o mundo da vida se transforma em um lírico jardim onde os contornos da natureza adquirem fluidez musical.’ Ainda de acordo com o crítico, os rondós de Glaura expressam uma característica do Romantismo, a saber uma ‘musicalidade que dissolve os valores característicos das palavras’, e os madrigais transmitem um ‘brilho do mundo exterior sereno e disciplinado, equilibrando as exigências afetivas, o encantamento plástico e sonoro’ (CANDIDO, 2000, p.140).

No rondo VI intitulado ‘A praia’, o pastor clama por sua amada: ‘Quem por ti desmaia/ N’esta praia geme e chora;/ vêm pastora, por piedade/ A saudade consolar.’(ALVARENGA, 1889, p.24) A frente, o personagem enamorado traveste-se de beija-flor e canta sua alegria, para depois chorar a ausência da amada: ‘Beija-flor fui

---

amoroso/ E ditoso já me viste;/ Hoje é triste e desgraçado/ O sonhado beija-flor' (ALVARENGA, 1889, p.29).

A valorização campestre aparece no rondó XXIV, onde lê-se: 'Amo a simples natureza/ Busquem outros a vaidade/ Nos tumultos da cidade/ Na riqueza e no poder' (ALVARENGA, 1889, p.61). Por fim, destaca-se o momento do poema que melhor simboliza a exacerbação da tristeza de Alcindo, aquele onde o gemido pela morte da amada é enunciado: 'Glaura, ó morte enfurecida/ Espirou ... que crueldade!/ E pudeste sem piedade/ Sua vida arrebatat?/ Cae a noite, a névoa grossa/ Turva os céos c'o o manto escuro/ E eu aflicto em vão procuro/ Quem me possa consolar. (ALVARENGA, 1889, p.110)'

Pouca coisa se sabe acerca dos últimos anos da vida de Manuel Inácio da Silva Alvarenga. Januário da Cunha Barbosa afirma que embora retornasse às aulas e à advocacia fora tomado por uma profunda melancolia, que concomitante ao sedentarismo, devorou suas energias na reta final de sua existência. O poeta dos versos de Glaura faleceu no dia 1 de novembro de 1814. Foi sepultado na igreja de São Pedro, um dia após a sua morte (AZEVEDO, 1875, p.114).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Oriundo de uma humilde família mineira, o jovem Manuel Inácio da Silva Alvarenga conseguiu se formar em Cânones na Universidade de Coimbra, graças ao auxílio financeiro de um grupo de amigos de seus pais. Se pouco temos a dizer sobre sua vida antes da partida para Portugal em virtude da escassez de documentação, sabemos que nos oito anos em que esteve na cidade do Mondego adquiriu fama de grande poeta e foi inserido no círculo pombalino por Basílio da Gama, grande amigo a quem dedicou algumas de suas poesias. Lá estando, adquiriu formação ilustrada, seguindo de perto as Reformas Pombalinas. Publica em 1774 O desertor das letras, poema heróico-cômico afinado ao pombalismo ilustrado.

Exíguo também é o material que possa nos dar maiores notícias acerca das atividades de Alvarenga entre o seu retorno de Coimbra e sua nomeação como professor régio de Retórica e Poética, aliás o primeiro na América portuguesa. Nesse sentido lançamos olhares para as condições da atividade docente em terras cariocas no final do século XVIII e início do XIX. O professor-poeta não nos legou materiais

didáticos próprios, no entanto podemos ter contato com sua vasta livreria, espaço privilegiado de obras concatenadas aos princípios ilustrados.

Figura extremamente relevante no que tange a circulação das ideias, foi preso junto a vários membros da Sociedade Literária do Rio de Janeiro, agremiação da qual era secretário, por meio de uma devassa empreendida pelo vice-rei Conde de Resende. A administração do medo exercida por esse governante como foi assinalada anteriormente, encarcerou Alvarenga por dois anos na Fortaleza da Conceição da Ilha das Cobras. Em liberdade novamente, voltou à exercer a docência e a advocacia publicando logo após esses anos de tormento o belíssimo *Glaura*, pintado em cores românticas.

Manuel Inácio da Silva Alvarenga foi uma figura de incomensurável relevância para a história cultural brasileira do século XVIII e do primeiro quartel do XIX. Por meio de sua extraordinária trajetória de homem de letras, onde atuou em diversos espaços, podemos conhecer muito do ordinário de sua época.

## REFERÊNCIAS

### BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, Anita Correia Lima de. *Inconfidência no Império*. Goa de 1787 e Rio de Janeiro de 1794. Rio De Janeiro: 7 letras, 2011.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, p.183-191.

BOURDIEU, Pierre. *Razões Práticas: a teoria da ação*. 11 ed. Campinas/SP: Papi-rus, 2011.

CANDIDO, Antônio. *A formação da literatura brasileira: momentos decisivos*. 6. Ed. Belo horizonte: Editora Itatiaia, 2000.

CARDOSO, Tereza Maria Rolo Fachada Levy. *As luzes da educação: fundamentos, raízes históricas e prática das aulas régias no Rio de Janeiro. 1759-1834*. Bragança Paulista: Editora da Universidade São Francisco, 2002.

CHARTIER, Roger. História intelectual e história das mentalidades: uma dupla reavaliação. In: CHARTIER, Roger. *À beira da falésia: entre incertezas e inquietudes*. Porto Alegre: UFRGS, 2002, p.23-61.

COSTA, Mário Júlio de Almeida; MARCOS, Rui de Figueiredo. *Reforma Pombalina dos estudos jurídicos*. O Marquês de Pombal e a Universidade. Coimbra, Imprensa da Universidade, 2ª ed, maio.2014. p. 97-125.

DURAN, Maria Renata da Cruz. *Ecoss do púlpito: oratória sagrada no tempo de D. João VI*. São Paulo: Ed. Unesp, 2010.

DURAN, Maria Renata da Cruz; PEREIRA, Júnior César. Livros e exames de Retórica no tempo de Pombal: a emergência de uma disciplina de conhecimento. *Revista Diálogos Mediterrânicos*. Curitiba, UFPR, n.12. Junho/2017, p.103-131.

JAUSS, Hans Robert. *A Literatura como Provocação*. trad. de Teresa Cruz, Veja, Lisboa, 1993.

LEVI, Giovanl. Usos da biografia. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, p.167-182.

LUCAS, Fábio. Silva Alvarenga – luzes e trevas dos setecentos. In: *Autos da Devasa*. Prisão dos letrados do Rio de Janeiro – 1794. 2.ed. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2002.

MACIEL, Lizete Shizue Bomura; NETO, Alexandre Shigunov. O ensino jesuítico no período colonial brasileiro: algumas discussões. *Educar*. Curitiba, Editora UFPR, n.31, p.169-189, 2008.

SANTOS, Afonso Carlos Marques dos. *No rascunho da nação: inconfidência no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: prefeitura da cidade do Rio de Janeiro, Secretaria municipal de cultura, turismo e esportes, 1992.

SALLES, Fritz Teixeira de. *Silva Alvarenga, antologia e crítica*. Coordenada. Brasília, 1972.

SELINGARDI, Sérgio Cristóvão; TAGLIAVINI, João Virgílio. O seminário de Nossa Senhora da Boa Morte: Mariana, Minas Gerais 1750-1850. *Revista HISTEDBR Online*. Campinas, n.57, p.230-267, jun. 2014.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Cultura letrada e cultura oral no Rio de Janeiro dos vice-reis*. 1.ed. São Paulo: Editora Unesp, 2013.

SIRINELLI, Jean- François. Os intelectuais. In: REMOND, René (org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 2003. 2 ed. p. 232–253.

SOUZA, Clara C; VALLE, Ricardo M. Introdução. In: ALVARENGA, Manuel Inácio da Silva. *O desertor*. São Paulo: HEDRA, 2010.

TOPA, Francisco. *Silva Alvarenga - contributos para a elaboração de uma edição crítica das suas obras*. Porto, edição do autor, 1994.

TUNA, Gustavo Henrique. *Silva Alvarenga: representante das luzes na América portuguesa*. Tese (Doutorado em História Social) - Faculdade de filosofia, letras e ciências humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

VILLALTA, Luiz Carlos. O que se fala e o que se lê: língua, instrução e leitura. In: SOUZA, Laura de Mello e. *História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América Portuguesa*. São Paulo: CIA das Letras, 1997, p.331-385.

## FONTES

ALVARENGA, Manuel Ignácio da Silva. *Glaura: poemas eróticos*. Companhia Nacional Editora, Lisboa, 1889. Disponível em: <https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/4728>. Acesso em 10. Jan. 2018

ALVARENGA, Manuel Inácio da Silva. *O desertor: poema herói-cômico*. Organização de Clara C. Souza Santos e Ricardo M. Valle. São Paulo: Hedra, 2010.

Autos da Devassa. *Prisão dos letrados do Rio de Janeiro*, 1974. 2ed. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2002.

AZEVEDO, Moreira de. *Homens do passado – crônicas dos séculos XVIII e XIX*. Rio de Janeiro. B.L. Garnier, 1875. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/174435>. Acesso em: 10. Jan. 2018.

BARBOSA, Januário da Cunha. “Doutor Manuel Inácio da Silva Alvarenga”. In: *Revista do instituto histórico e geográfico brasileiro*, Rio de Janeiro: n.11, tomo III, 1841. Disponível em: <https://www.ihgb.org.br/publicacoes/revista-ihgb/item/107697-revista-ihgb-tomo-terceiro.html>. Acesso em: 10. Jan. 2018.

Recebido em: 06/03/2018  
Aprovado em: 24/08/2018